

FINANÇAS PARA O FUTURO: EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

João Eduardo Gomes Dias Freitas[1];
Israel Gonçalves Rodrigues[2];
Anna Luisa Ribeiro Soares[3];
Kessia Emanuele Alves Freitas[4];
Phellipe Christian Fonseca Silva[5];
Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira[6].

Introdução: a ausência de educação financeira básica constitui importante fator associado ao aumento do endividamento e da vulnerabilidade socioeconômica das famílias brasileiras. Dados da Serasa Experian indicam que, em março de 2026, o número de inadimplentes no Brasil atingiu aproximadamente 82,2 milhões de pessoas (Fig. 1), evidenciando a relevância social da temática. A falta de conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro, controle de gastos e uso consciente do crédito pode comprometer a estabilidade econômica dos indivíduos, favorecendo situações de inadimplência e dificuldades na administração da renda familiar. Nesse contexto, identifica-se como problema social a insuficiência de ações educativas voltadas à formação financeira básica de jovens e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo Lusardi e Mitchell (2014), baixos níveis de alfabetização financeira influenciam diretamente a capacidade de tomada de decisões econômicas conscientes, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto, o projeto "Finanças para o Futuro: Promovendo Autonomia Econômica e Redução do Endividamento Familiar" tem como objetivo desenvolver ações de educação financeira básica voltadas à promoção da autonomia econômica e prevenção do endividamento familiar, por meio de atividades educativas relacionadas à organização financeira e ao consumo consciente. O projeto desenvolve-se a partir da necessidade de promover educação financeira para jovens em fase de inserção no mercado de trabalho, público frequentemente exposto a situações de vulnerabilidade econômica e uso inadequado do crédito. A proposta busca ampliar seu alcance ao contemplar tanto o ambiente escolar quanto contextos marcados por vulnerabilidade social, respaldando-se nos objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere à redução das desigualdades sociais e promoção do bem-estar coletivo. Para Cerbasi (2013), o planejamento financeiro representa importante ferramenta de organização econômica familiar e prevenção do superendividamento, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da autonomia econômica. **Método:** o estudo caracteriza-se como uma qualitativo, de caráter exploratório, descritivo e interventivo, estruturado a partir da elaboração de um projeto de intervenção social voltado à educação financeira em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental acerca de educação financeira, vulnerabilidade econômica, políticas públicas socioassistenciais e cidadania financeira. A proposta foi construída considerando a articulação entre universidade, políticas públicas educacionais e assistência social, especialmente no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O público-alvo compreende jovens em fase de inserção no mercado de trabalho e usuários vinculados aos serviços ofertados

---

[1] Graduando em Gestão Pública – UNIMONTES – robertpeterferreira@yahoo.com.br
[2] Graduando em Gestão Pública – UNIMONTES – robertpeterferreira@yahoo.com.br
[3] Graduando em Gestão Pública – UNIMONTES – robertpeterferreira@yahoo.com.br
[4] Graduando em Gestão Pública – UNIMONTES – robertpeterferreira@yahoo.com.br
[5] Graduando em Gestão Pública – UNIMONTES – robertpeterferreira@yahoo.com.br
[6] Doutor em Administração – Professor de Administração – Unimontes - wanderklayson.oliveira@unimontes.br



pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), priorizando indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações educativas serão executadas por acadêmicos do curso de Gestão Pública da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), contemplando escolas públicas e equipamentos socioassistenciais. As atividades ocorrerão de forma presencial, utilizando metodologias participativas, oficinas, rodas de conversa, palestras, estudos de caso e simulações práticas relacionadas ao cotidiano financeiro dos participantes. Os encontros abordarão temas como planejamento financeiro, orçamento familiar, controle de gastos, consumo consciente e uso responsável do crédito, utilizando linguagem acessível e exemplos do cotidiano. Segundo Minayo (2014), pesquisas qualitativas permitem compreender fenômenos sociais complexos a partir das experiências e relações construídas pelos sujeitos envolvidos. Complementarmente, Gil (2008) destaca que pesquisas exploratórias favorecem maior aproximação com o problema investigado, contribuindo para construção de propostas interventivas voltadas à realidade social observada. **Resultados:** os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e análise documental, evidenciam que a ausência de educação financeira básica constitui importante fator relacionado ao crescimento do endividamento familiar e da vulnerabilidade econômica no Brasil. Lusardi e Mitchell (2014) demonstram que baixos níveis de alfabetização financeira influenciam diretamente decisões relacionadas ao consumo, poupança e uso do crédito, aumentando riscos de inadimplência e instabilidade financeira. A revisão teórica também aponta que a educação financeira pode atuar como ferramenta preventiva de fortalecimento da autonomia econômica e inclusão social, especialmente entre jovens e populações vulneráveis. Cerbasi (2013) ressalta que práticas de planejamento financeiro contribuem para organização do orçamento familiar, desenvolvimento de hábitos econômicos sustentáveis e redução do superendividamento. Ademais, as ações educativas relacionadas à educação financeira apresentam potencial para fortalecer a compreensão dos participantes acerca da organização econômica familiar, consumo consciente e planejamento financeiro de curto e longo prazo. A proposta também evidencia potencial de ampliação do acesso à informação financeira em espaços públicos de educação e assistência social. Quanto ao escopo, a proposta delimita-se à realização de ações educativas presenciais em escolas públicas e equipamentos socioassistenciais, especialmente CRAS. O projeto não contempla consultorias financeiras individualizadas, concessão de crédito ou acompanhamento financeiro permanente dos participantes, concentrando-se exclusivamente na dimensão educativa e preventiva da educação financeira. Sob a perspectiva da gestão pública, os resultados preliminares apontam potencial para fortalecimento de ações intersetoriais entre educação, assistência social e cidadania econômica, contribuindo para prevenção do superendividamento e promoção do bem-estar social. **Discussão:** a educação financeira constitui instrumento relevante para promoção da autonomia econômica e prevenção do endividamento, especialmente entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A ausência de conhecimentos básicos sobre planejamento financeiro, consumo consciente e uso responsável do crédito compromete a capacidade das famílias de administrar adequadamente seus recursos, ampliando situações de inadimplência e instabilidade econômica. Nesse contexto, iniciativas voltadas à educação financeira tornam-se importantes para fortalecimento da cidadania e inclusão social, possibilitando aos participantes maior compreensão acerca da organização financeira pessoal e familiar. Lusardi e Mitchell (2014) destacam que baixos níveis de alfabetização financeira influenciam diretamente decisões relacionadas ao consumo, poupança e utilização do crédito, favorecendo comportamentos econômicos de risco. Complementarmente, Cerbasi (2013) ressalta que práticas de planejamento financeiro contribuem para organização do orçamento familiar e redução do superendividamento. Para Freire (1996), processos educativos críticos favorecem o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e ampliam sua capacidade de compreensão da realidade social. Bauman (2008) argumenta que a sociedade contemporânea estimula práticas de consumo impulsivo que frequentemente ampliam situações de fragilidade financeira, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. D'Aquino (2008) destaca que a educação financeira desenvolvida desde a juventude contribui para formação de comportamentos econômicos mais equilibrados e conscientes ao longo da vida. Sob a perspectiva da gestão

pública, ações preventivas voltadas à educação financeira apresentam potencial para redução de impactos sociais relacionados ao superendividamento e à exclusão econômica. Nesse sentido, a articulação entre universidade, escolas públicas e assistência social evidencia a importância da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento humano e fortalecimento de políticas públicas preventivas voltadas à redução da vulnerabilidade socioeconômica e ampliação da inclusão social. **Considerações finais:** a educação financeira apresenta-se como importante instrumento de promoção da autonomia econômica e prevenção do endividamento, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, o projeto "Finanças para o Futuro: Promovendo Autonomia Econômica e Redução do Endividamento Familiar" busca contribuir para formação de cidadãos mais conscientes quanto à administração de seus recursos financeiros. Por meio das ações propostas, espera-se ampliar o acesso a conhecimentos básicos sobre planejamento financeiro, consumo consciente e uso responsável do crédito, fortalecendo a capacidade dos participantes de lidar com desafios econômicos do cotidiano e reduzindo situações de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a proposta evidencia o potencial da educação financeira como ferramenta preventiva voltada ao fortalecimento da cidadania econômica, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida, reforçando a relevância das políticas públicas educativas e socioassistenciais na promoção do bem-estar social e da cidadania.

Palavras-chave: Educação financeira. Autonomia econômica. Endividamento familiar. Vulnerabilidade socioeconômica. Gestão pública.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
D'AQUINO, Cássia. Educação financeira: como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
SERASA EXPERIAN. Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil. Disponível em: Serasa Experian. Acesso em: 16 maio 2026.

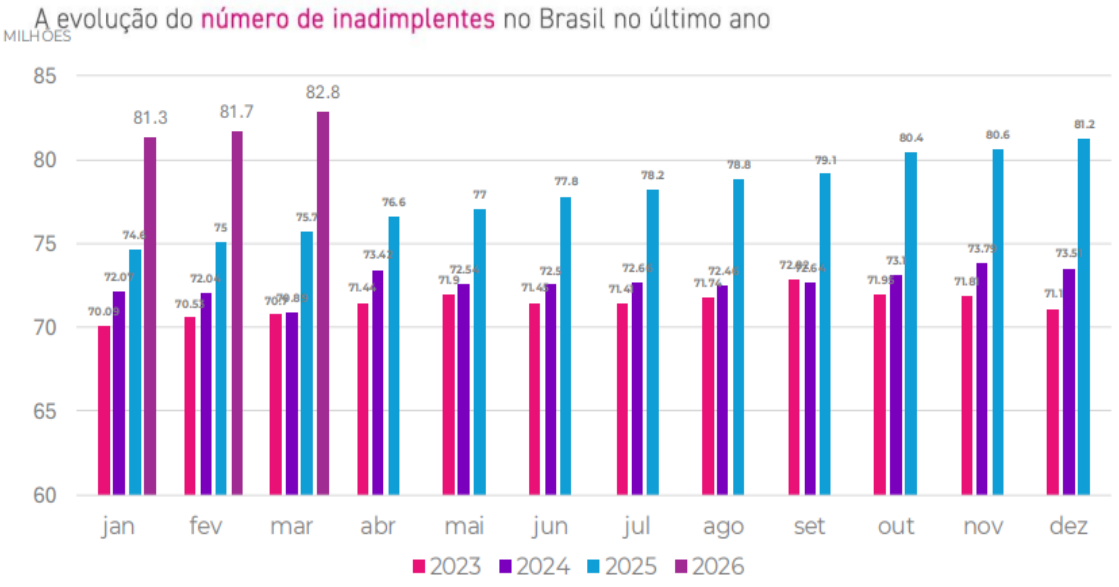


Figura 1. Mapa de Inadimplência e Negociações de Dívidas no Brasil.